



Fábio Luiz Portela de Siqueira

# Questões históricas (e atuais) de controle social

**O**uve-se muito falar em participação e controle social. No entanto, estes termos sempre foram empregados durante as diversas etapas da sociedade, mudando apenas a “roupagem” e a nomenclatura. As questões sociais existem desde sempre, e os primeiros indícios deste controle social, conforme destaca Maria Lúcia Martinielli, foram as “confrarias dos desertos”, iniciadas provavelmente por volta de 3.000 a.C. Ações voltadas, principalmente, para a população em situação de vulnerabilidade social, que precisava locomover-se pelo deserto, sobretudo no Egito Antigo, Itália, Grécia e Índia.

Com o passar dos séculos, foram sendo aprimoradas as ações de controle social e intensificadas as práticas destinadas à caridade privada, onde os usuários atendidos recebiam comidas e roupas e, em alguns casos, abrigo.

Com isso, fez-se necessário que o Estado passasse a intervir nas questões sociais - não porque era de seu interesse, mas sim para restringir as expressões dos movimentos operários e dar respostas à população empobrecida. O movimento ficou conhecido como Es-

tado do Bem-Estar Social, onde alguns destaques merecem ser citados: a constituição de um regime de previdência na França e serviços de tratamento de enfermidades.

Um dos grandes idealizadores deste Estado de Bem-Estar Social foi John Keynes, que propunha como alternativa para a crise capitalista um Estado forte e que regulasse a economia, assim como a vida dos seres humanos. A principal alternativa seria a geração do pleno emprego, que propunha a criação de emprego para todos. Consequentemente, haveria o consumo, ou então, que houvesse ao menos uma renda. Mesmo que em decorrência da concessão de benefícios estatais, as pessoas poderiam consumir, ocorrendo assim intervenções no âmbito da transferência de renda.

Durante este período, foram adotadas algumas ações direcionadas à caridade privada, seguindo o padrão da Europa. Além do atendimento prestado pelos proprietários de terras, havia também as organizações de escolas, os bodes e as mercearias, que começaram a se constituir durante o regime colonial. Ações estas, direcionadas à assistência

e à saúde das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ainda em relação às ações de saúde, no final do período Colônia-Império, Juarez de Queiroz Campos menciona que, além das santas casas, onde as mercearias funcionavam, começou a surgir as boticas e os barbeiros, que prestavam serviços direcionados à saúde, de forma paga.

Entre o século XX e XXI, vários mecanismos de participação e controle social foram surgindo e sendo aprimorados, em todas as áreas da sociedade. Na saúde, destaca-se a criação do Ministério da Saúde, Departamento de Endemias Rurais e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), Farmácia Popular, Samu. Na área da assistência, obteve-se o Plano de Alimentação de Trabalhadores, Programa de Alimentação de Gestante e Alimentação Escolar, Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Programa de Combate à Fome e à Miséria, Programa Fome Zero, Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, Projovem.

Na previdência social, pode-se citar as Caixas de Aposentadorias e Pensões,



A população tem-se deparado com ações que indicam retrocesso nas políticas públicas

Lei Orgânica da Previdência Social, Funrural, Dataprev, Seguro Desemprego, equiparação de direitos, entre contribuintes urbanos e rurais. Na área trabalhista, conquistou-se a criação do Código de Menores, Carteira de Trabalho, direito a férias, salário mínimo, salário maternidade, repouso semanal remunerado, salário família, vale transporte, seguro desemprego, entre tantos outros programas que visam garantir os direitos mínimos da população.

Percebe-se que a população conquistou vários avanços, através da participação e da luta por garantias mínimas sociais. Conforme indica a Constituição Federal, em seu artigo 6º: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados”. Entretanto, na maioria das vezes, o que prevê a Constituição não é respeitado perante a grande maioria da população e dos governantes.

No entanto, nos últimos meses a população tem-se deparado com ações governamentais que indicam retrocesso nas políticas públicas, como a diminuição do repasse de verbas e até mesmo o corte de programas de suma importância para o enfrentamento das desigualdades sociais, como a abertura de novas vagas para o Pronatec, Fies e a revogação de 11.250 novas unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida.

Pode-se mencionar ainda a ausência das mulheres no atual governo, algo que não acontecia desde o governo do período ditatorial, com Geisel à frente (1974-1979); a pretensão de legalizar os

jogos de azar, algo que deverá intensificar a lavagem de dinheiro. Sem deixar de mencionar o interesse de agilizar a privatização de algumas empresas, inclusive na área petroleira e também de realizar cortes no Sistema Único de Saúde.

Observa-se que estas atitudes governamentais devem ser combatidas, pois é papel dos movimentos sociais e, principalmente, dos profissionais que trabalham na ponta, como os assistentes sociais, garantir as conquistas alcançadas e não permitir os retrocessos propostos que, em muitos dos casos, não possuem sequer uma fundamentação legal. ■

\* Especialista em Políticas Públicas e Gestão em Serviço Social pela Asces. Assistente social e professor.